

Se a sociologia quisesse trazer a uma fórmula a oposição da época moderna, especialmente em comparação com a Idade Média, poderia tentá-lo da seguinte maneira: na Idade Média, o homem encontrava-se em uma relação de afiliação com uma comunidade ou uma propriedade rural, com uma associação feudal ou uma corporação; sua personalidade estava imiscuída em círculos de interesses objetivos ou sociais, e o caráter destes últimos era formado pelas pessoas que os constituíam de maneira imediata. Essa uniformidade foi destruída pela época moderna. Por um lado, ela deixou a personalidade a cargo de si mesma e concedeu-lhe uma incomparável liberdade de movimento, interna e externa. Por outro lado, conferiu aos conteúdos práticos da vida uma objetividade igualmente incomparável. Na técnica, nas organizações de todo tipo, nos negócios e nas profissões, impõe-se cada vez mais o domínio das próprias leis das coisas e liberta-se das nuances de personalidades particulares — assim como a nossa imagem da natureza perde cada vez mais os traços humanos em favor de uma legalidade objetiva. Assim, a época moderna tornou sujeito e objeto mutuamente independentes, de modo que cada um pudesse realizar seu próprio desenvolvimento da maneira mais pura e completa. Como ambos os lados desse processo de diferenciação foram afetados pela economia monetária é o que desejamos apresentar aqui.

Até o auge da Idade Média, a relação entre a personalidade e suas propriedades emerge na história alemã em duas formas características. Nos tempos mais remotos a posse da terra apresenta-se como uma competência da personalidade como tal, que emana da afiliação individual pessoal para sua comunidade de mercado. Já no século x, essa forma pessoal de posse desaparece, e todo direito pessoal torna-se dependente da posse de terras. No entanto, em ambas as formas conserva-se uma estreita ligação local entre a pessoa e a propriedade. Por exemplo, na cooperativa daqueles que pertenciam a uma comunidade rural, que exigia o arrendamento de uma propriedade inteira para aceitar alguém como membro pleno, aquele que possuía um terreno fora da associação rural, *à qual pertencia com a sua pessoa*, era considerado desprovido de terra. Inversamente, aquele que possuía uma propriedade no interior da comunidade territorial, mas sem pertencer a ela pessoalmente (homens livres, cidadãos urbanos, corporações etc.), era constrangido a requisitar um representante, que prestava *pessoalmente* tributos ao proprietário da terra e assumia direitos e deveres de membro da propriedade rural. Essa conexão entre personalidade e relações sociais, característica das épocas de economia natural, foi dissolvida pela economia monetária. A cada instante esta última interpõe entre a pessoa e a coisa particularmente qualificada a instância completamente objetiva, sem qualidade inerente, do dinheiro e do valor monetário. Ela institui uma distância entre pessoa e posse, tornando a relação entre ambas mediada. Com isso, ela diferenciou a antiga estreita afinidade dos elementos pessoais e locais de tal modo que hoje posso receber em Berlim minhas rendas provenientes de ferrovias americanas, hipotecas norueguesas e minas de ouro africanas. Essa forma de posse a longa distância, que hoje admitimos como evidente, só se tornou possível quando o dinheiro se impôs entre posse e proprietário, separando-os e unindo-os.

Desse modo, o dinheiro confere, por um lado, uma impessoalidade, anteriormente desconhecida a todas as ações econômicas, e por outro lado uma crescente autonomia e independência da pessoa. A relação entre personalidade e comunidade também se desenvolveu de modo semelhante àquele da propriedade. A corporação medieval engloba o homem por inteiro; uma corporação de tecelões não era uma mera associação de indivíduos, restrita a tratar dos interesses da confecção de tecidos, mas uma *comunidade de vida*, no sentido profissional, social, religioso, político e muitos outros. Mesmo que a associação medieval tenha tido a intenção de agrupar interesses objetivos, ela existia diretamente em seus membros; estes eram absorvidos por ela e privados de direitos.

Contrariamente a essa forma de unidade, a economia monetária possibilitou inúmeras associações que demandavam de seus membros apenas colaborações em dinheiro, ou estavam direcionadas para um mero interesse monetário. Desse modo, por um lado, possibilita-se a objetividade pura nas atividades da associação, o seu caráter puramente *técnico*, o seu desembaraço de tendências pessoais; por outro lado, liberta o sujeito de laços restritivos, dado que agora ele está ligado ao todo não mais como pessoa por inteiro, mas principalmente por meio de doação e recebimento de dinheiro. Desde que o interesse do participante singular, direta ou indiretamente, possa ser expresso em dinheiro, ele se insere como uma camada isolante entre o todo objetivo da associação e o todo subjetivo da personalidade — assim como entre a propriedade e o proprietário —, concedendo a ambos uma nova autonomia recíproca e uma possibilidade de desdobramento. O auge desse desenvolvimento é apresentado pela sociedade de ações, cuja atividade se desenvolve de modo totalmente objetivo e sem sofrer influências do acionista individual; este, por seu turno, não faz parte da associação com sua pessoa, mas apenas com uma soma de dinheiro.

Aquele caráter impessoal e incolor próprio ao dinheiro, em relação a todos os outros valores específicos, tem de se expandir continuamente ao longo do desenvolvimento da cultura, na medida em que o dinheiro passa a equivaler cada vez mais a coisas mais variadas; por meio dessa ausência de caráter específico, realizou serviços imensuráveis. Dessa maneira possibilitou-se o estabelecimento de uma afinidade da ação de tais indivíduos e grupos que ressalta acentuadamente sua separação e distância mútuas em todos os outros pontos. Assim, configura-se uma linha totalmente nova à qual novos conteúdos da vida podem ser associados.

Gostaria de apresentar dois exemplos que parecem assinalar bem a sutileza da fronteira — possibilitada pelo dinheiro — entre a união de interesses, por um lado, e sua separação, por outro lado. Depois de 1848, formaram-se, na França, sindicatos de associações de trabalhadores de profissões do mesmo tipo, de modo que cada associação contribuía para um único fundo sindical, instituindo-se assim um caixa comum indivisível. Aquele fundo era dedicado sobretudo às compras em atacado, à concessão de créditos etc. Mas a finalidade desses sindicatos não residia na união de todas as associações em uma única associação, pois cada uma delas deveria conservar sua organização específica. Esse caso é muito significativo, dado que nessa época os trabalhadores estavam tomados de uma verdadeira paixão por formar associações. Assim, se eles rejeitaram expressamente uma fusão tão lógica, é porque devem ter tido motivos especialmente fortes para essa restrição mútua. Mas, ao mesmo tempo, encontraram uma oportunidade de utilizar a unidade de seus interesses, reforçando-os por meio da posse conjunta de dinheiro. E mais, o sucesso da associação Gustav-Adolph, aquela grande comunidade de apoio a comunidades protestantes oprimidas, teria sido impossível se o caráter objetivo das colaborações em dinheiro não tivesse obliterado as diferenças confessionais dos contribuintes. Na medida em que o dinheiro permitiu a realização dessa obra conjunta de luteranos, reformados e unitários — que não teriam se unido segundo nenhum outro motivo —, serviu como um cimento ideal, fortalecendo o sentimento de união entre todos. Pode-se enfim dizer que a associação de trabalhadores, com seu sucesso colossal — um tipo de organização praticamente desconhecido na Idade Média, que une, por assim dizer, os aspectos impessoais do indivíduo para a realização de uma ação —, tornou-se possível apenas em virtude do dinheiro. O dinheiro ofereceu-nos uma oportunidade única de união, que elimina todo o pessoal e específico — uma forma de união que, hoje em dia, nos é totalmente evidente, mas que apresenta uma das transformações e desenvolvimentos mais importantes da cultura.

Quem lamenta o efeito separador e alienador das transações monetárias não deve esquecer o seguinte: devido à necessidade da troca de dinheiro e, para isso, da delimitação de valores concretos e definitivos, o dinheiro estabelece uma ligação extremamente forte entre os membros de um mesmo círculo econômico. Precisamente pelo fato de o dinheiro não poder ser consumido de imediato, ele aponta para outros indivíduos, dos quais se pode obter o que se deseja consumir. Desse modo, o homem moderno depende de um número incomparavelmente maior de abastecedores e fornecedores, se comparado ao antigo homem livre germânico ou, posteriormente, ao servo; sua existência depende, a cada momento, de uma rede de ligações forjada por centenas de interesses monetários, sem os quais ele também não poderia continuar existindo, assim como um membro de um ser orgânico não pode existir se desligado da circulação de sua seiva vital.

Foi sobretudo nossa divisão do trabalho — que, no estágio de troca natural, evidentemente não pôde se desenvolver acima de suas modestas tentativas iniciais — que resultou no emaranhado e na unificação da vida moderna. Como medir os valores dos produtos individuais entre si se ainda não há um padrão de medida comum para coisas e qualidades mais distintas? Como realizar a troca de modo fácil e rápido se não há ainda um meio de troca que possa compensar todas as diferenças, que possa se converter em todo produto, e vice-versa? Na medida em que o dinheiro possibilita a divisão da produção, ele une os homens de maneira irresistível, pois agora um trabalha para o outro; somente o trabalho de todos estabelece a extensa unidade econômica que complementa o desempenho parcial do indivíduo.¹ Assim, o dinheiro é aquele que estabelece muito mais articulações entre os homens se comparado às das associações feudais ou da união arbitrária, louvadas pelos românticos da associação.

Por fim, o dinheiro criou um nível comum de interesses tão abrangente para todos os homens como nunca foi possível nas épocas da economia natural. O dinheiro proporcionou uma base de compreensão mútua imediata, uma igualdade de diretrizes, o que contribuiu de maneira decisiva para a representação do *universalmente humano*, que, desde o século passado, desempenhou um grande papel na história da cultura e na história social — de maneira similar ao que ocorreu quando a cultura do Império Romano se deixou impregnar pela economia monetária.

Assim como o dinheiro — e isso deriva do que foi dito anteriormente — estabeleceu uma proporção totalmente nova entre liberdade e vínculo, da mesma forma a enfatizada estreiteza e a inevitabilidade da integração por ele provocadas têm como consequências peculiares a ampla abertura de espaço para a individualidade e o sentimento de independência interior. O homem daquelas épocas econômicas anteriores encontrava-se em uma relação de pouca dependência com outros homens, mas esses poucos foram e permaneceram individualmente determinados. Enquanto hoje em dia certamente nos encontramos muito dependentes de fornecedores específicos, frequente e arbitrariamente permutamos os indivíduos com os quais interagimos. É exatamente uma relação como essa que engendra um forte individualismo, pois o que aliena os homens e faz com que se recolham em si mesmos não é seu isolamento diante dos outros; mas, pelo contrário, são a anonimidade dos outros, a indiferença diante de sua

individualidade e a falta de interesse pelo que eles realmente são. Ao contrário das épocas em que toda relação exterior com outros carregava simultaneamente um caráter pessoal, conforme nossa caracterização da época moderna, a natureza do dinheiro permitiu uma clara distinção entre a ação econômica objetiva do homem e sua coloração individual, seu verdadeiro eu, que agora se afasta daquelas relações e, dessa forma, pode se retirar para suas camadas mais íntimas.

As correntes da cultura moderna deságuam em duas direções aparentemente contrárias: por um lado, na nivelação, na compensação, no estabelecimento de círculos sociais cada vez mais abrangentes, por meio da articulação com o mais remoto sob condições iguais; e, por outro lado, por meio da elaboração do mais individual, na independência da pessoa, na autonomia de sua formação. E ambas as direções são carregadas pela economia monetária, que possibilita, por um lado, um interesse geral uniforme e meios de conexão e comunicação eficazes por toda parte; por outro lado, proporciona à personalidade uma crescente reserva, individualização e liberdade.

Esta última consequência carece ainda de uma prova. A expressividade e a possibilidade de redenção das realizações por meio do dinheiro foram desde sempre percebidas como instrumento e suporte da liberdade pessoal. Assim, o direito romano clássico decidia se aquele que estava obrigado a um serviço específico poderia se recusar a fazê-lo por meio de seu cumprimento natural, e insistir, mesmo contra a vontade dos credores, em substituir esse serviço por pagamento em dinheiro. Daí resultou a garantia da possibilidade de desobrigação de todos os deveres pessoais por meio do dinheiro; tendo isso em vista, essa lei passou a ser denominada a *magna carta* da liberdade pessoal na área do direito privado. Da mesma maneira, realizou-se muitas vezes a libertação dos servos: os artesãos dependentes de uma casa senhorial medieval, por exemplo, conseguiram a liberdade percorrendo frequentemente um caminho que, primeiro, limitava seus serviços, para depois fixá-los e finalmente convertê-los em um tributo monetário. Isso representou um forte avanço à liberdade; os condados ingleses, a partir do século xiii, puderam substituir o dever de adquirir soldados e trabalhadores por meio de pagamentos em dinheiro. Da mesma maneira, encontrava-se entre os decretos mais importantes de Joseph ii, dedicados à introdução da emancipação dos camponeses, um decreto que permitia, e até prescrevia, que seus deveres e tributos naturais fossem pagos em dinheiro. A substituição da realização pessoal pelo pagamento em dinheiro isenta imediatamente a personalidade das algemas específicas impostas pela obrigação de trabalho: o outro não pode mais reivindicar a atividade pessoal direta, mas apenas o resultado impessoal dessa atividade. No pagamento em dinheiro, a personalidade não se dá mais a si mesma, mas oferece algo totalmente desvinculado de qualquer relação interna com o indivíduo.

Mas exatamente por esses motivos a substituição de uma realização por dinheiro pode ter também um caráter degradante. A privação de direitos dos aliados de Atenas começou com a substituição dos tributos anteriores em navios e tripulação por pagamentos em dinheiro; essa aparente libertação de sua obrigação puramente pessoal envolveu, porém, a renúncia a uma atividade política própria e a importância que só pode ser reivindicada para a realização de um serviço específico, para o desenvolvimento de forças concretas. Isso é com muita frequência negligenciado em uma economia em ascensão: que nos deveres, dos quais nos livramos pela compra, há ainda direitos e significações menos perceptíveis, que também são abandonados. Assim como nesse caso, em que uma duplicidade de consequências resulta da doação em dinheiro, o mesmo também pode ser observado na recepção de dinheiro, na venda. Por um lado, sente-se a conversão de uma posse em dinheiro como uma libertação. Por meio do dinheiro pode-se conceder ao valor do objeto qualquer forma desejada, ao passo que, antes, este se encontrava preso a uma forma definida; com dinheiro no bolso, estamos livres, enquanto antes o objeto nos fazia dependentes das condições de sua conservação e frutificação. Mas quão frequentemente essa liberdade significa, ao mesmo tempo, uma ausência de conteúdo da vida e um afrouxamento de sua substância! Por isso, a mesma legislação do século precedente — aquela que permitia a substituição dos serviços de camponeses por dinheiro — proibiu então às camadas dominantes forçar os camponeses a essa substituição. Parecia, certamente, que não era cometida nenhuma injustiça contra o camponês se o senhor comprasse dele, por um preço justo, os seus direitos à terra (para afastá-lo do território da propriedade); a terra, no entanto, significava para o camponês muito mais do que seu mero valor de posse; era a possibilidade de uma atividade útil, um centro de interesses, uma orientação do conteúdo de vida, a qual ele perdia no momento em que trocava a terra por dinheiro. Os frequentes pagamentos dos camponeses no século precedente certamente lhes concedia uma liberdade momentânea, mas tirava-lhes o impagável, aquilo que dava à liberdade o seu valor: o objeto fundamental da atividade pessoal. Esse é, por sua vez, o elemento crítico de uma cultura orientada para o dinheiro, como aquelas de Atenas e de Roma tardias, ou do mundo moderno. Pelo fato de cada vez mais coisas poderem ser compradas com dinheiro, alcançadas por meio do dinheiro, apresentando-se este, em consequência, como polo imóvel na fugacidade das aparências, negligencia-se, muito frequentemente, que os objetos das transações econômicas têm ainda aspectos não exprimíveis em dinheiro; acredita-se, muito facilmente, que se possui no valor em dinheiro o equivalente exato e total do objeto. Aqui reside um motivo profundo para o caráter problemático, para a inquietação e o descontentamento de nosso tempo. O lado qualitativo dos objetos perde sua ênfase psicológica por causa da economia monetária; a contínua estimativa requerida segundo valores em dinheiro faz com que este pareça ser o único valor vigente. Cada vez mais depressa se passa desapercivelmente pelo significado específico e economicamente inexprimível das coisas; e este se vinga, agora, por meio daqueles

sentimentos sufocadores muito modernos. Sente-se, cada vez mais, que o cerne e o sentido da vida deslizam por entre os dedos, que as satisfações definitivas se tornam sempre mais raras e, enfim, que todos os esforços e práticas de fato não valem a pena. Não quero afirmar que nossa época já se encontra inteiramente em tal constituição anímica, mas onde ela se aproxima disso há certamente uma conexão com um recobrir progressivo dos valores qualitativos por aqueles meramente quantitativos, pelo interesse em um mero *mais ou menos*; pois apenas os primeiros satisfazem nossas necessidades de maneira definitiva.

E, de fato, as coisas também são, elas mesmas, desvalorizadas em grande grau por sua equivalência com aquele meio de troca válido para tudo. O dinheiro é “vulgar” porque é o equivalente para tudo e para todos; somente o individual é distinto. O que corresponde a muitas coisas corresponde ao mais baixo entre elas e rebaixa, por isso, também o mais alto para o nível do mais baixo. Essa é a tragédia de toda nivelação, que conduz imediatamente às posições dos elementos *mais baixos*, pois o mais alto sempre pode decair, mas quase nunca o baixo pode ascender ao nível do mais alto. Assim, o valor mais específico das coisas sofre devido à convertibilidade do elemento mais heterogêneo no dinheiro; e, com razão, a língua caracteriza como “impagável” aquilo que é muito especial e distinto. O caráter blasé de nossas camadas mais abastadas é apenas o reflexo psicológico desse fato. Porque agora elas possuem um meio que permite, apesar de seu caráter sempre igual e incolor, comprar o mais diverso e o mais especial. Pelo fato de, com isso, a questão “isso vale?” deslocar-se de modo crescente para a indagação “quanto vale?”, a sensibilidade refinada e os encantos específicos e mais individuais das coisas retrocedem cada vez mais. E esse é exatamente o caráter blasé: que não se reaja mais às gradações e particularidades dos objetos com suas correspondentes nuances de sensibilidade, mas que sejam sentidas de maneira nivelada e com uma coloração abafada, e sem variações significativas.

É precisamente por meio desse caráter assumido pelo dinheiro que, na proporção em que se torna medida de todas as coisas — em uma cultura ascendente —, ele perde seu significado anterior em certas relações elevadas: a multa, por exemplo, reduziu sua esfera de ação. O direito germânico antigo expiava os crimes mais graves, até mesmo assassinatos, por meio de dinheiro. A partir do século vii, a penitência da Igreja podia ser substituída por dinheiro, enquanto os direitos modernos limitaram as multas em dinheiro aos delitos relativamente leves. Isso não indica nada contra, mas sim a favor da importância crescente do dinheiro: exatamente por medir, agora, tantas coisas mais, sendo por isso mais incolor e descaracterizado, não pode mais servir para a compensação em relações muito específicas e excepcionais, nas quais o mais íntimo e o mais essencial da personalidade devem ser atingidos. E não é apesar do fato de se poder adquirir praticamente tudo por dinheiro, mas é exatamente por isso ser possível que o dinheiro não compensa, por exemplo, as exigências morais e religiosas sobre as quais repousava a sanção penal da Igreja. Nesse ponto encontram-se duas correntes importantes do desenvolvimento histórico. Quando era possível, na sociedade primitiva, compensar um assassinato com dinheiro, isso significava, por um lado, que o indivíduo como tal não se distinguia tanto em seu valor, que ainda não havia sido percebido como incomparável e insubstituível como nas épocas posteriores, nas quais se destacava do grupo de modo mais incisivo e individualizado. Por outro lado, isso significava que o dinheiro ainda não era assim tão indiferente, que não se posicionava tão além de toda significação qualitativa. A diferenciação progressiva do homem e a indiferenciação igualmente progressiva do dinheiro convergem para tornar impossível a expiação do assassinato por meio do dinheiro.

Uma segunda consequência extremamente importante do caráter predominante da economia monetária segue uma direção semelhante à do desgaste e da deterioração do dinheiro por meio do círculo crescente de seus equivalentes: percebe-se o dinheiro — um mero meio de aquisição de outros bens — como um bem independente, enquanto toda a sua significação reside apenas em seu caráter de transição, em sua atuação como um elemento em uma sequência, que conduz a uma finalidade e a um desfrute definitivos. Se essa linha é psicologicamente rompida nessa etapa, então nossa consciência dos fins passa a repousar sobre o dinheiro. Enquanto a maioria dos homens modernos precisa ter diante de si, na maior parte da vida, o ganho de dinheiro como meta mais próxima, forma-se a ideia de que toda felicidade e toda satisfação definitiva da vida estão intrinsecamente ligadas à posse de certa quantia de dinheiro: de mero meio e precondição ele se torna, internamente, fim último. Mas quando esse fim é finalmente alcançado surgem, inúmeras vezes, todo um aborrecimento e uma frustração mortais, que se mostram, de maneira mais acentuada, nos homens de negócios, quando se recolhem para gozar da aposentadoria após ter acumulado certa quantia de dinheiro. Quando deixam de existir as circunstâncias que concentram a consciência valorativa no dinheiro, este passa a revelar seu caráter verdadeiro como mero meio, que se torna inútil e desnecessário assim que a vida se concentra unicamente nele. O dinheiro é nada mais que a ponte para os valores definitivos, e não se pode morar sobre uma ponte.

Essa sobreposição dos fins pelos meios é um dos traços essenciais e um dos principais problemas de toda cultura elevada, pois tem sua essência no fato de que, em contraste com as relações primitivas, as intenções das pessoas não são mais simples, óbvias e alcançáveis por meio de ação imediata. Seus propósitos tornam-se gradualmente tão difíceis, complexos e remotos que carecem de uma construção composta e multiarticulada de meios e instrumentos, e de um desvio composto de múltiplos estágios de etapas preparatórias. É muito difícil, em relações mais elevadas,

que a primeira etapa já alcance o seu alvo; e não basta apenas um meio, porque, com frequência, este também não é atingido de maneira imediata, mas trata-se de uma diversidade de meios que se sustentam reciprocamente, conduzindo a fins definitivos. Mas torna-se cada vez mais próximo o risco de perder a si mesmo nesse labirinto de meios e, com isso, esquecer o objetivo final. Assim, quanto mais entrelaçada, artificial e organizada se torna a técnica de todas as áreas da vida — isto é, o sistema de meros meios e ferramentas —, mais e mais isso é percebido como finalidade última de satisfação que não se coloca mais em questão. Dessa maneira, consolidou-se a estabilidade de todos os hábitos externos, que originalmente eram nada mais do que meios para fins sociais específicos, mas que continuam a existir como valores próprios, como exigências que se autofundamentam, ao passo que aqueles fins se tornaram há muito tempo ilusórios ou caíram no esquecimento. Na época moderna e especialmente, como parece, nas épocas mais recentes, há um sentimento de tensão, de expectativa, impulsos insolúveis — como se o mais importante, o definitivo, o sentido genuíno e ponto central da vida e das coisas ainda estivesse por vir. Esse é por certo o resultado emocional do aumento excessivo dos meios, da coação da nossa complicada técnica de vida, de construir meios sobre meios até alcançar seus fins originais, aos quais ela deve servir, e que se deslocam sempre adiante no horizonte da consciência, para finalmente afundar-se sob ela. Nenhum elemento teve uma participação mais vasta nesse processo que o dinheiro, jamais aconteceu de um objeto de valor meramente instrumental — com tal energia, amplitude e sucesso — assumir, para a condição geral da vida, o papel de um fim satisfatório por si mesmo, seja essa satisfação ilusória ou verdadeira.

A posição central assumida pelo dinheiro por meio do crescimento colossal do círculo de objetos alcançáveis por ele irradia sua influência em vários traços característicos da vida moderna. O dinheiro ofereceu para o homem singular a oportunidade de satisfação plena de seus desejos em uma medida muito mais palpável e tentadora. Existe a possibilidade de ganhar, com um único golpe, tudo o que parece desejável. Coloca-se entre o homem e seus desejos uma instância mediadora, um mecanismo facilitador. E porque, quando ele é alcançado, inúmeras outras coisas se tornam alcançáveis, estimula-se a ilusão de que todas essas outras coisas são mais fáceis de obter que outrora. Mas, com a proximidade à felicidade, aumenta o desejo por ela, pois não é o absolutamente remoto e rejeitado que inflama a grande nostalgia e paixão, mas o não possuído, cuja posse parece aproximar-se cada vez mais — como acontece por meio da organização monetária. A enorme demanda do homem moderno pela felicidade — que se pronuncia tanto em Kant como em Schopenhauer, na social-democracia não menos que no crescente americanismo da época atual — alimenta-se, evidentemente, desse poder e sucesso do dinheiro. A “avidez” especificamente moderna de classes e de indivíduos — seja para condená-la, seja para louvá-la como estímulo do desenvolvimento cultural — só pôde crescer porque agora há uma palavra-chave que condensa em si mesma tudo o que é desejável; um ponto central que só precisamos escolher, como se fosse uma chave mágica num conto de fadas, para que alcancemos todos os prazeres da vida.

Assim, o dinheiro torna-se — e isso é muito significativo — aquele objetivo absoluto, cuja aspiração é, em princípio, possível a qualquer momento, contrariamente aos objetivos constantes, que não podem ser desejados ou aspirados a qualquer hora. Desse modo, oferece-se ao homem moderno um estímulo contínuo para a realização de suas atividades. Agora ele tem um objetivo que se impõe como *pièce de résistance*, tão logo outros objetivos abram espaço; ele está potencialmente sempre lá. Daí a inquietação, o estado febril, a ausência de pausas da vida moderna, propulsionadas pelo motor desenfreado do dinheiro, que torna a máquina da vida um *perpetuum mobile*. Schleiermacher enfatiza que o cristianismo foi o primeiro a praticar a piedade, tornando o desejo por Deus uma disposição permanente da alma, enquanto formas de credo anteriores associaram a disposição religiosa a épocas e locais específicos. Assim também o desejo por dinheiro é o estado permanente da alma em uma economia monetária estabelecida. Por isso, o psicólogo não pode ignorar o lamento frequente que acusa o dinheiro de ser o Deus de nossa época. É claro que ele só pode constatar esse fato e descobrir relações significativas entre ambas as concepções porque é privilégio da psicologia não cometer blasfêmias. A ideia de Deus tem sua mais profunda essência na reunião de todas as variedades e contrastes do mundo ou, como bem exprimiu Nicolau de Cusa (aquele curioso espírito moderno do fim da Idade Média), na *coincidentia oppositorum*. Inclui-se aqui a ideia de que todo estranhamento e toda irreconciliabilidade do ser encontram nele sua unidade e sua harmonia, das quais provêm a paz, a certeza, a riqueza abrangente do sentimento, que são parte da ideia de Deus e da ideia de que nós o possuímos! No domínio dos sentimentos estimulados pelo dinheiro encontramos, sem dúvida, uma semelhança psicológica com relação a esse aspecto. À medida que o dinheiro se torna cada vez mais expressão absolutamente suficiente e equivalente de todos os valores, ele se eleva, a uma altura bastante abstrata, sobre toda a vasta diversidade dos objetos; torna-se o centro no qual as coisas mais distintas, mais estranhas, mais distantes, encontram seus aspectos comuns e se tocam. Com isso, o dinheiro nos concede aquela elevação acima do individual, aquela confiança em sua onipotência, como se fosse um princípio supremo capaz de nos proporcionar, a qualquer momento, aqueles elementos individuais e inferiores, como se pudesse se converter neles. Esse sentimento de certeza e tranquilidade que a posse de dinheiro proporciona, aquela convicção de encontrar nele o ponto de intersecção dos valores, compreendem, de forma psicologicamente pura, quer dizer, de modo formal, o ponto de equivalência que confere a mais profunda justificativa para aquela lamentação a respeito de o dinheiro ser o Deus de

nossa época.

Da mesma fonte — mas direcionados de maneira diferente — brotam também traços de caráter mais remotos do homem moderno. A economia monetária exige operações matemáticas contínuas nas relações cotidianas: a vida de muitas pessoas passa a ser ocupada por determinações, balanços, cálculos, redução de valores qualitativos a valores quantitativos. Isso certamente contribui para o caráter racional e calculador da época moderna, em contraposição ao caráter mais impulsivo, dirigido para o todo e o emocional das épocas anteriores. Então, uma precisão e uma determinação de fronteiras muito maiores penetraram os conteúdos da vida por meio da estimativa em dinheiro, ensinando a definir e a especificar em suas diferenças mínimas até os centavos. Onde as coisas são pensadas em suas relações imediatas com as outras — isto é, não são reduzidas ao denominador comum do dinheiro — encontram-se muito mais um arredondamento e um paralelismo de unidades. A exatidão, a nitidez e a precisão nas relações econômicas da vida, que naturalmente repercutem também em outros conteúdos, progridem com a ampliação da economia monetária — mas, evidentemente, sem promover um grande estilo na conduta de vida. O emprego crescente de moedas pequenas atua no mesmo sentido, proclamando a ampliação da economia monetária. Até 1759 o Banco da Inglaterra não emitia notas abaixo de vinte libras esterlinas; desde então, esse valor foi reduzido a cinco libras esterlinas. E o que ainda é mais significativo: até 1844 suas notas circulavam em média 51 dias antes de serem novamente trocadas por notas menores; em 1871, porém, elas circulavam somente 37 dias — ou seja, em 27 anos a necessidade de ter moedas pequenas cresceu em quase um quarto de sua intensidade. O fato de que todos têm moedas pequenas no bolso, com as quais podem rapidamente comprar quaisquer ninharias segundo seus desejos momentâneos, precisa encorajar indústrias que vivem dessas possibilidades. Isto é, a divisibilidade do dinheiro em somas mínimas contribui, certamente, para o estilo mesquinho na disposição exterior, especialmente na formação estética da vida moderna, e para o número crescente de ninharias com as quais guarneçemos nossa vida. E aquelas pontualidade e exatidão que a ampliação da economia monetária — aproximadamente análoga à dos relógios de bolso — conferiu às relações externas dos homens não correspondem de modo algum a um equivalente aumento da conscientização interna na esfera ética. Pelo contrário, o dinheiro conduz — por seu caráter inteiramente objetivo e indiferente, do mesmo modo e sem relação interna não apenas com as ações mais nobres, mas também com as mais baixas — a uma certa lassidão e a uma irresponsabilidade no agir, que com frequência são inibidas em outros casos pela estrutura particular dos objetos e da relação individual do agente para com eles. Assim, pessoas que geralmente costumam ser honestas participaram das “fundações” mais obscuras; muitas agem de maneira mais inconsciente e ambígua quando se trata de assuntos meramente monetários, mas em outras situações agiriam segundo um comportamento eticamente orientado. O resultado finalmente obtido, o dinheiro, não pode ser observado em suas origens, ao passo que outras posses e situações, por causa de sua particularidade e de suas qualidades distintas, carregam suas origens em si mesmas, objetiva ou psicologicamente; elas são mais visíveis e fazem lembrar sua proveniência. Mas uma vez que uma ação tenha desembocado no grande oceano do dinheiro, não pode mais ser identificada, pois os escoamentos desse oceano não portam nada mais do que o caráter de sua fonte original.

Retornando dessas consequências particulares da transação monetária, finalizo com uma observação bastante geral a respeito de sua relação com os mais profundos traços e motivos de nossa cultura. Almejou-se arriscar resumir o caráter e a grandeza da vida moderna em uma fórmula que poderia ser apresentada deste modo: os conteúdos do conhecimento, da ação e da formação de ideais são transformados, de sua forma firme, substancial e estável, em um estado de desenvolvimento, movimento e instabilidade. Cada observação dos destinos desses conteúdos de vida que se desdobram diante de nossos olhos apresenta claramente esse traço de sua formação: estamos abdicando de verdades absolutas, que estejam contra todo desenvolvimento, e estamos abrindo mão, com prazer, de transformações, crescimento e críticas contínuos — pois isso é exatamente o que significa a ênfase sucessiva na empiria em todas as áreas. As espécies de organismos não são mais consideradas ideias eternas da criação, mas pontos transitórios de uma evolução ad infinitum. A mesma tendência estende-se do inanimado até as formações espirituais mais altas: a ciência natural moderna nos ensina a dissolver a rigidez da matéria em um turbilhão incansável de minúsculas partículas. Nós agora reconhecemos que os ideais uniformes de épocas anteriores — ideais considerados fundamentados acima de toda mudança ou contradição — são dependentes de condições históricas e se adaptam a suas transformações. No interior dos grupos sociais dissolvem-se cada vez mais as demarcações fixas. A rigidez de laços e tradições semelhantes às de castas e estratificações são rompidas — seja para o bem, seja para o mal —, e a personalidade pode circular por uma diversidade mutante de situações de vida, refletindo, por assim dizer, a fluidez das coisas. A esse grande e uniforme processo de vida, que diferencia radicalmente a cultura intelectual e social da época moderna das culturas da Antiguidade e da Idade Média, incorpora-se o domínio do dinheiro, sustentando esse processo e sendo sustentado por ele. À medida que encontram seu equivalente em um meio de troca completamente incolor, desprovido de caráter específico, as coisas se tornam polidas e aplanadas, ou seja, suas zonas de atrito diminuem em processos contínuos de equilíbrio/ajuste. Sua circulação, o dar e o receber, ocorrem em uma velocidade muito diferente da das épocas de economia natural; cada vez mais as coisas que parecem situar-se fora das trocas comerciais são arrastadas para seu fluxo infatigável. Gostaria de mencionar apenas um dos exemplos mais simples, que é o destino da posse da terra a partir da

dominação do dinheiro. Desde o advento da economia monetária, a mesma transição da estabilidade para a instabilidade, que caracteriza a imagem do mundo moderno como um todo, apoderou-se também do cosmo econômico, cujos destinos, fazendo parte desse movimento geral, são simultaneamente um símbolo e um espelho do todo.

O que importa somente aqui é que um fenômeno como o da economia monetária — não importa quanto ele pareça obedecer a suas próprias leis internas — ainda assim está seguindo o mesmo ritmo que regula a totalidade dos movimentos culturais simultâneos, mesmo os mais remotos. À diferença do materialismo histórico, que coloca o processo cultural inteiramente na dependência de condições econômicas, a consideração do dinheiro pode nos ensinar que a formação da vida econômica influencia profundamente o estado psíquico e cultural de um período; mas, por outro lado, essa formação recebe o seu caráter das grandes correntes uniformes da vida histórica, cujas forças e motivos últimos permanecem um segredo divino. Mas se essas igualdades formais e essas conexões profundas mostram o caráter do dinheiro como um ramo da mesma raiz, que produz todas as outras flores da nossa cultura, pode-se então tirar daqui um consolo para as queixas sobre os estragos feitos pela economia monetária e sobre a *auri sacra fames*, proferidas especialmente pelos protetores dos valores espirituais e agradáveis. Pois quanto mais o conhecimento se aproxima daquela raiz, mais evidentes devem ser as relações da economia monetária, não apenas para as partes obscuras, mas também para o mais fino e elevado de nossa cultura, de modo que, assim como todas as grandes forças históricas, a economia monetária pode assemelhar-se à lança mítica, capaz de curar as feridas que infligiu a si mesma.

* Georg Simmel, “Das Geld in der modernen Cultur” (1896). In: *Aufsätze und Abhandlungen 1894 bis 1900*, B. 5. Hrgs. Heinz-Jürgen Dahmen u. David P. Frisby, 1. Aufl., Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1992. Trad. de Tamara Grigorowitschs. (n. e.)